

A desestatização da Indústria Petroquímica: O Brasil na contra-mão

A AEPET vem mais uma vez denunciar que o Programa Nacional de Desestatização aplicado à indústria petroquímica brasileira estará conduzindo o Brasil para uma posição singular. Estará fazendo exatamente o contrário do que importantes empresas de consultoria de reconhecida competência mundial afirmam: A indústria petroquímica é estratégica e deve ter o estado como participante efetivo. Estudo encomendado pela ABIQUIM - Associação Brasileira de Indústrias Químicas e de Produtos Derivados à empresa de consultoria americana Arthur D Little, em 1991, e não divulgado por razões óbvias, mostra a contradição da desestatização da indústria petroquímica brasileira em relação às perspectivas de evolução do cenário mundial.

MÉXICO: O Programa de Desestatização no País vizinho aos Estados Unidos vem sendo explorado pelos condutores do programa brasileiro como um sucesso e exemplo a ser seguido pelo Brasil. Um estudo mostra que na indústria petroquímica mexicana, a participação do Estado através da Pemex- Petróleos Mexicanos é muito superior à atual participação da PETROBRÁS/ PETROQUISA neste mesmo setor no Brasil. Além disto, em reportagens publicadas na imprensa (Jornal do Brasil de 5-1-92 e O Globo de 9-2-92) é mostrado que a concentração de renda, pelo programa de privatização, foi acentuada, ficando evidente que a propalada pulverização/democratização do capital das empresas desestatizáveis é uma falácia em países com situação econômica dramática, como é o caso de Brasil e México. Emerge destas reportagens que a indústria petroquímica é considerada estratégica pelo Governo Mexicano.

**A RETIRADA DA PARTICIPAÇÃO DA PETROBRÁS EM
PETROQUÍMICA FICA CADA VEZ MAIS EVIDENTE COMO
ESTRATÉGIA PARA O SEU ENFRAQUECIMENTO E POSTERIOR
ATAQUE FINAL CONTRA O MONOPÓLIO ESTATAL DO
PETRÓLEO**

Desestatização da Petroquímica:

no mundo não se faz e não se fará assim

A empresa de consultoria americana Arthur D Little apresentou à ABIQUIM, em 7 de agosto de 1991, estudo que aborda as perspectivas de médio prazo para a indústria brasileira de polímeros dentro de um cenário competitivo internacional. Este estudo chegou às mãos de nosso consultor jurídico, Dr. Júnio Torres, que o liberou para publicação pela AEPET. Curiosamente, este estudo, tratado como confidencial, ainda não foi divulgado pela ABIQUIM. Talvez por demonstrar que o processo de desestatização aplicado à petroquímica brasileira está na contra-mão do esperado cenário mundial. Talvez por representar a ABIQUIM os interesses dos empresários privados brasileiros do setor químico e ser presidida pelo Dr. Eduardo Eugênio Gouvea Vieira, principal articulador do grupo Ipiranga na área química, aliás grande interessado na aquisição do controle da Copesul, central de matérias-primas do Pólo Petroquímico do Sul, onde a Ipiranga já participa através da produção de polietileno na Polisul, em sociedade com a Petroquisa e com a multinacional Hoechst. A seguir, divulgamos alguns pontos deste estudo que tratam especificamente dos aspectos de participação do Estado no setor petroquímico.

polímeros de
amplo consumo

perspectivas de
médio-prazo

Global Commodity Polymers **A Presentation to ABIQUIM** Arthur D. Little, Inc.
August 7, 1991
An Intermediate-Term Outlook Confidential Reference: 91804-30

Chemical Industry Vision

As the global chemical industry continues to evolve:

- Tariff and non-tariff barriers will likely be reduced within each of the three major trading areas
- There will be continuing geographic dislocation between supply and demand
- Its massive size and scope will make the chemical industry a factor in the balance of power between nations and encourage government participation/intervention

The end result of this process will be an industry with a heightened degree of national interdependence

Seu porte significativo e sua abrangência (Inter-relacionamento com outros setores industriais) farão da indústria petroquímica fator determinante no equilíbrio de forças entre as nações e estimularão a participação/intervenção do Governo. O resultado final deste processo será uma indústria com crescente grau de interdependência nacional

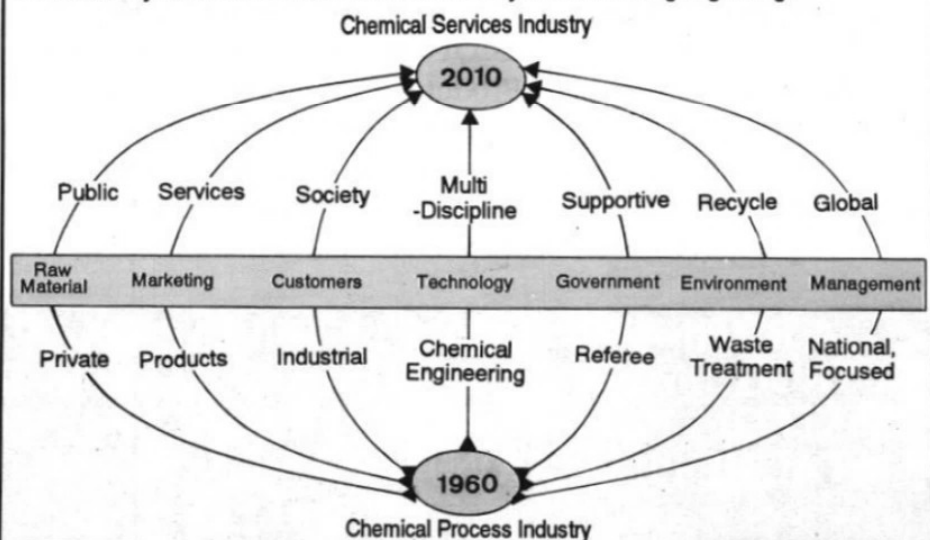
Os sete parâmetros-chave da indústria petroquímica estão sofrendo mudanças: A evolução da indústria química entre 1960 e 2010 se dará na transformação da sua atuação como indústria de processos para indústria de serviços. Dois parâmetros-chave merecem ser destacados:

Matérias-primas – Evoluem do fornecimento pelo setor privado para o fornecimento pelo setor público.

Atuação do governo – Evoluí da posição de árbitro (passivo) para a posição de sustentador (ativo)

Chemical Industry Vision

The seven key dimensions of the chemical industry are also undergoing change



O Globo/9 de fevereiro de 1992

Integração com EUA, estabilidade, privatização e liberdade de mercado, as armas da modernização

México toma o rumo do Primeiro Mundo

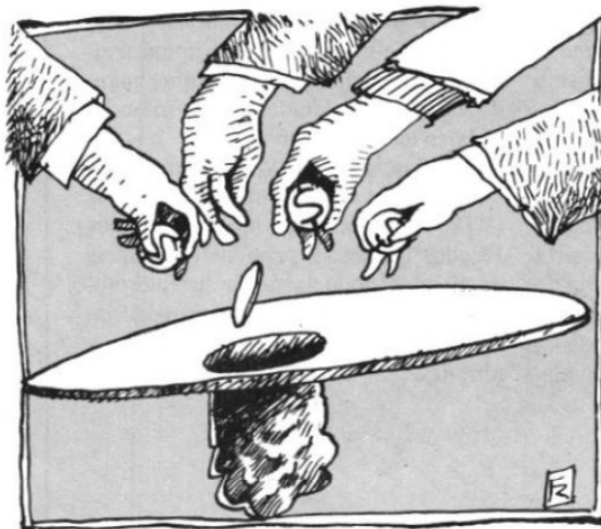
CIDADE DO MÉXICO — Os mexicanos estiveram durante longo tempo divididos em relação aos vizinhos Estados Unidos: diz-se que metade da população vivia sob o anseio de recuperar os 50% de território (Califórnia, Texas e Novo México) perdidos para os americanos em meados do século passado, enquanto a outra metade sonhava que os EUA incorporassem os 50% restantes do país. Disposto a sepultar o subdesenvolvimento crônico do México, o presidente Carlos Salinas de Gortari, de 43 anos, resolveu o antigo dilema, sem chegar a comprometer a soberania nacional. Optou pela integração econômica com os Estados Unidos e o Canadá, através de um Tratado de Livre Comércio que prevê a eliminação de todas as barreiras alfandegárias entre esses países.

Caso o tratado se concretize (são fortes as resistências de congressistas americanos e canadenses), o México certamente receberá de todas as partes do mundo uma enxurrada de investimentos — atraídos pela possibilidade de atingir, a baixo custo, o imenso mercado dos Estados Unidos — capaz de colocar rapidamente o país no rol do Primeiro Mundo.

O México ainda não se despregou do Terceiro Mundo — tem indicadores sociais semelhantes aos do Brasil, com muita pobreza e miséria — mas boa parte do caminho da virada já foi pavimentado: um audacioso programa econômico, centrado no saneamento das finanças públicas, baixou a inflação para 18,8% no ano passado e tem como meta reduzi-la a um dígito em 1992 (cautelosos, os empresários preferem trabalhar com uma projeção de 12%). Enquanto quase todos os países estiveram mergulhados na recessão em 1991, o México cresceu 5% (há três anos a economia expande-se o dobro do crescimento populacional), alavancado por investimentos do setor privado, que também motivaram um salto nas importações de equipamentos, insumos e produtos intermediários, e levaram o país a ter um déficit comercial de US\$ 9 bilhões, (que aumentará para US\$ 12 bilhões em 92), plenamente compensado pela entrada de capitais. Tanto assim que as reservas do Banco do México (banco central) subiram de

US\$ 9 para US\$ 16,5 bilhões em pouco mais de 12 meses.

O volume total do comércio exterior mexicano ultrapassou o do Brasil e já chega a US\$ 80 bilhões, incluindo o movimento das maquiladoras, quase duas mil empresas instaladas ao longo da fron-



teira com os Estados Unidos, que trazem tudo de fora e somente aproveitam a mão-de-obra barata mexicana para finalizar os seus produtos. Ao fim de 1992, o México espera alcançar a cifra de US\$ 100 bilhões, enquanto o Brasil deve permanecer patinando na faixa dos US\$ 60 bilhões.

Cerca de 70% do comércio do México são com os americanos e essa porcentagem tende a aumentar, embora haja um esforço para a diversificação (um acordo de liberalização comercial foi assinado com o Chile e outros estão sendo negociados com vários países do continente).

O Estado mexicano encolheu violentamente. Em 1982, era proprietário de 1.155 companhias, entre as quais bancos, hotéis, cabarés, times de futebol e até uma fábrica de bicicletas. Esse número foi reduzido para menos de 300. Há poucos dias, quando se concluiu a venda do terceiro maior banco mexicano (Serfin) para um grupo de dois mil acionistas privados, liderados por uma corretora de Monterrey, no Norte do país (centro dos grandes grupos empresariais do México), o ministro da Fazenda, Pedro Aspe, anunciou a alguns homens de negócios reunidos que daria uma notícia má e outra boa. A má era a suspensão do programa de privatizações em 1992, e a boa era

que isto decorreria de não haver mais o que privatizar.

Ficaram nas mãos do Estado apenas os setores considerados estratégicos pelo artigo 27 da constituição mexicana. Mesmo assim o Presidente da República tem flexibilidade para interpretar o texto constitucional por decreto e Salinas usou suas prerrogativas para diminuir, por exemplo, de 32 para 19 os produtos petroquímicos básicos e de 540 para 66 os produtos secundários que permanecerão sob controle estatal. Investidores podem manifestar interesse na petroquímica de segunda e terceira gerações e, se o Governo não der resposta em 45 dias, o projeto estará automaticamente aprovado.

O caminho da recuperação ainda não passou perto da grande maioria da população mexicana, que sobrevive na pobreza desde o império asteca, antes da conquista espanhola em 1521. Houve um esforço concreto para recuperação do salário-mínimo (voltou aos níveis de 1981), mas o subemprego, que chegou a corresponder a 40% da população economicamente ativa, continua elevado. Nos últimos três anos o salário médio real caiu 15% (salários e preços estiveram regidos por um pacto, durante todo esse tempo, sendo que o número de setores que precisa submeter-se ao controle do Governo é cada vez menor) e há estudos que indicam que esta média em 1991 ainda foi inferior a do ano anterior.

Porém, para executar um programa que não trouxe de imediato benefícios para as classes de menor renda (50% da população detêm apenas 14% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficam com metade da renda nacional), o presidente Carlos Salinas não só se apoiou no forte aparato político institucional do Governo — que se estende ao legislativo, ao judiciário e aos sindicatos de empregados e de patrões — como pôs em prática um programa batizado de Solidariedade, através do qual destina verbas crescentes para obras sociais. Salinas inaugura pessoalmente quase todas as obras — geralmente de quinta-feira até o sábado — e o programa está diretamente sob seu comando. Reivindicações da oposição não deixam de ser atendidas, mas o Programa Solidariedade ostenta os mesmos logotipos e cores do PRI, o partido do Governo,

há 63 anos no poder. A chegada do presidente geralmente é precedida por uma mobilização feita pela máquina do PRI, de modo que, na maioria das vezes, Salinas tem respostas concretas a dar quando os problemas lhe são apresentados por líderes comunitários.

O presidente está consciente de que a sociedade mexicana está clamando também por uma abertura política. Paradoxalmente, para anular as resistências que se formam dentro do PRI, a concentração de poder do presidente cresceu ainda mais. O senador Porfirio Muñoz Ledo, um dos três da oposição (o Senador tem 62 cadeiras), diz que Salinas é um vice-rei — governante máximo nos tempos coloniais — educado na corte (Estados Unidos) que inaugurou uma espécie de pinochetismo incruento.

— Salinas é o campeão do liberalismo econômico e nem mesmo Margaret Thatcher (que foi primeira-ministra da Grã-Bretanha por 11 anos, deixando o cargo em 1990) poderia imaginar que um dia acabaria sendo superada, ainda mais por um nativo da América Latina — ironiza o senador Muñoz, também originário do partido do Governo (presidiu o PRI na época do Presidente Luis Echeverría — 70/76 — foi Ministro e ainda na adminis-

tração passada, do presidente Miguel de la Madrid, esteve como embaixador do México nas Nações Unidas).

Carlos Salinas de Gortari assumiu a presidência após uma eleição controversa (os resultados oficiais lhe deram 50,8% dos votos, depois que os computadores que fizeram a contagem passaram cinco dias em pane), mas superou as dificuldades iniciais e hoje, sem dúvida, é o político mais popular do México. Seu projeto político-econômico, no entanto, está sendo decidido no país vizinho, pois a reeleição de George Bush tornou-se fundamental para que o Tratado de Livre Comércio seja aprovado no congresso americano. Nunca antes as eleições nos EUA tinham despertado tanto interesse no governo mexicano como agora, embora seja costume dizer por lá que, quando os Estados Unidos se resfriam, o México tem pneumonia.

Em função do que vier a acontecer, a célebre frase histórica de Porfirio Díaz (“Tão longe de Deus, tão próximo dos Estados Unidos”), presidente por mais de 40 anos, pode deixar de ser interpretada pelos mexicanos como um martírio. Ao menos no que se refere às questões terrenas.

Jornal do Brasil/5 de janeiro de 1992

Concentração da renda cresce com a privatização

Os ganhadores na economia mexicana nos últimos anos incluem corretores de valores, a indústria de serviços financeiros, produtores de peças de automóveis, exportadores de abacate e cimento, e as montadoras, que tiveram crescimento estável até este ano. Para outros setores, a abertura comercial e a competição internacional trouxeram a ruína. Fabricantes de brinquedos, de computadores e de eletrônicos, e produtores de milho e trigo que competem em grãos americanos mais baratos foram os maiores perdedores do período pós-abertura econômica.

A concentração de riqueza é cada vez maior no México, onde os ricos se tornam super-ricos e os pobres continuam pobres. O esforço de privatização aumentou a tendência para a concentração. Só os enormes e poderosos conglomerados, e os industriais que sobreviveram à crise da década de 1980, tinham dinheiro suficiente para adquirir empresas estatais, e os vitoriosos no processo de privatização hoje estão entre os maiores financistas e industriais da América Latina.

O chefe da corretagem de valores Roberto Hernandez, que abocanhou o maior banco, o Banamex, agora encabeça o maior grupo financeiro da América Latina, que controla cerca de US\$ 25 bilhões. Carlos Slim Helu, que acrescentou a Telefônos de México a seu vasto e diverso Grupo Carso, chefia um império industrial de mais de US\$ 8 bilhões.

Enquanto isso, o presidente Salinas prevê um crescimento sustentado de 4% ou mais até

o final do seu governo, em 1994. Para alguns analistas, estas previsões não têm muita base. A crescente dependência nos investimentos estrangeiros é um novo ponto de vulnerabilidade para o México. Há um risco duplo na abertura comercial, e muitos analistas prevêem que nos próximos cinco anos outras indústrias mexicanas vão ser arruinadas pela competição das mercadorias importadas, enquanto os exportadores vão enfrentar a grande incerteza de encontrar novos mercados num momento em que a economia mundial se retrai.

Desde que assumiu em dezembro de 1988, Salinas acelerou o programa de reestruturação econômica iniciado em 1982, quando o México provocou a crise da dívida internacional decretada a moratória.

Desde 1983, o México adotou um severo reajuste cortando os gastos do governo, desvalorizando o peso, e vendendo a maioria das empresas estatais. Os salários reais foram reduzidos em mais de 50%.

A equipe econômica do governo foi elogiada pelo Fundo Monetário Internacional e por funcionários do Tesouro americano, por seu rigoroso programa econômico neoliberal. Desde 1982, o México não mais deixou de pagar sua dívida e reduziu consistentemente o déficit público, até chegar este ano a 1.3% do PIB. A equipe é chefiada por Salinas, educado em Harvard, e o ministro da Fazenda, Pedro Aspe, educado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. (L.C.)



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Sede Rua Senador Dantas, 75/1801 — Centro
— CEP 20031 — Tel.: 220-4774 — Telex: (21)
40167 — FAX: (021) 262-9224 — CGC:
34.131.870/0001-11 — Insc. Munic.: 428.078-00

DIRETORIA EXECUTIVA

Diomedes Cesário da Silva

Presidente

CENPES-DIPROM — Sala: 2130

Tel. Trab.: 598-6242/598-6234

Tel. Res.: 551-6525

Fax: 590-6643

Marco Aurélio Latge

Vice-Presidente

DEPEX-DITEC-SENORT — Sala: 1302

Tel. Trab.: 534-4689

Tel. Res.: 711-8917/714-6680/711-5054 (Pal)

Fax: 534-1076

Hildebrando J.C. Gonsales

Diretor de Patrimônio

PETROQUISA-PETRORIO — Sala: 7 andar

Tel. Trab.: 242-8081

Tel. Res.: 363-2960

Fax: 224-7150/221-9235

Julio Diniz Bastos Pinto

Vice-Diretor de Patrimônio

PETROQUISA-GEFIN — Sala: 304

Tel. Trab.: 296-5131 R.: 243

Tel. Res.: 541-2350

Fax: 263-4294/233-1301

Fernando Leite Siqueira

Diretor de Comunicações

DEPRO-DENGE — Sala: 1005

Tel. Trab.: 534-2550/534-1175

Tel. Res.: 711-4640 — Fax: 534-2314

Ricardo Moura de A. Maranhão

Vice-Diretor de Comunicações

SEGEN-DIAGE — Sala: 7 andar

Tel. Trab.: 566-3760/3761

Tel. Res.: 553-3230/265-4065

Fax: 566-5999

Carlos Soligo Camerini

Diretor de Pessoal

CENPES-DIPLOT-SEMEC — Sala: 0015

Tel. Trab.: 598-6504

Tel. Res.: 322-4924

Fax: 598-6363

Argemiro Pertence Neto

Vice-Diretor de Pessoal

SERMAT-DICOMP-I/SECOM-I — Sala: 659

Tel. Trab.: 534-1711/534-1712

Tel. Res.: 567-2537/281-7925/281-3175

Fax: 262-2627

Nelson Camanho da Costa Filho

Diretor Cultural

DECOM-SUPER-SEDEP — Sala: 1882

Tel. Trab.: 534-3238

Tel. Res.: 294-3747

Fax: 262-2664

José Conrado de Souza

Vice-Diretor Cultural

DECOM-DISUP-SEPROC — Sala: 1974

Tel. Trab.: 534-3232/534-3233

Tel. Res.: 286-6040

Fax: 534-3607

Álvaro de Sá Bahia

Membro do Conselho Fiscal

DEPEX-DISEP — Sala: 1518

Tel. Trab.: 534-2747/534-1342

Tel. Res.: 246-4238

Fax: 534-3608

Carlos Augusto D. Brandão

Membro do Conselho Fiscal

Av. Rui Barbosa, 636/1004 — CEP: 22250

Sala:

Tel. Res.: 551-7967/552-3828

Sydney Reis Santos

Membro do Conselho Fiscal

SETINF-PESOP

Sala: 1604

Tel. Trab.: 534-2757/534-4804

Tel. Res.: 208-4306

Fax: 220-2686

Guilherme Vaz do Couto

Membro do Conselho Fiscal

PETROFERTIL — GEPLAN — DIEPRO

Sala: 804

Tel. Trab.: 217-5246

Tel. Res.: 227-9431

Fax: 262-7915

Jorge Luiz Nogueira de Souza

Membro do Conselho Fiscal

DEPER-DIPLAN-SEPLAL — Sala: 2023

Tel. Trab.: 534-2113/534-0631

Tel. Res.: 254-8479

Fax: 262-8276

Wagner Granja Victor

Membro do Conselho Fiscal

SEGEN-EMPAB — Sala: 9 andar

Tel. Trab.: 566-5684

Tel. Res.: 463-2462

Fax: 566-5634

BOLETIM DA AEPET

Jornalista Responsável

Celeste Cintra

Fotógrafo

Luciano Alves

RAMA ARTES GRÁFICAS

Rua Alvaro Alvim, 24/1201

20031 — Centro — RJ — Tel.: 262-9906

Competitive Analysis Industry Structure

Relative to the other regions, Brazil and Mexico possess the lowest degrees of industry integration

Country	Petrochemical Industry Integration			
	Exploration/Refining	Basic Olefins	Basic Derivatives	Specialty Products
United States	Shell, Exxon, Chevron			
Mexico	Pemex		Cydsa, IDESA, Petioles, etc.	
Western Canada	Shell, ESSO	AGC, Novacor		Dow, UCC, Shell
Venezuela	PDVSA, PEQUIVEN, Joint Ventures			
South Korea	Yukong, Honam Oil		Samsung, Hyundai	
Brazil	Petrobras	Olefin Company	Derivative Producer	

A Integração da Indústria de petróleo com a petroquímica é praticada na economia mais capitalista do mundo: os Estados Unidos. Se lá é moderno, por que no Brasil não é? Vejam os exemplos do México, Venezuela e Coréia do Sul, a economia mais emergente dos tigres asiáticos. Por que a PETROBRÁS deve se retirar da petroquímica, onde já atua preponderantemente de forma minoritária? A Indústria petroquímica brasileira ficará segmentada e reduzirá a sua competitividade frente ao mercado internacional.

A falta de integração com a exploração de recursos naturais (petróleo e gás natural), ou mesmo com a produção de petroquímicos básicos, reduz a capacidade da indústria petroquímica brasileira de responder às pressões do ambiente competitivo mundial.

As interfaces entre PETROBRÁS/Central de Matérias Primas/Indústrias de 2ª geração ocasionam perdas de vantagens da economia de escala, acarretando: custos mais elevados de administração e produção e maiores investimentos em infraestrutura

Competitive Analysis Industry Structure

The lack of back integration to natural resources, or even to basic petrochemicals, reduces the ability of the Brazilian petrochemical industry to respond to global competitive pressures. This is manifested in

- Limited ability to price on a cost basis
- Loss of scale advantages across the Petrobras/olefin company/private industry interface
 - Increased staff and manufacturing overheads
 - Greater investment for infrastructure
- No access to alternative domestic suppliers; limited purchasing power
- Exposure to import pricing
- Slow response to global price fluctuations

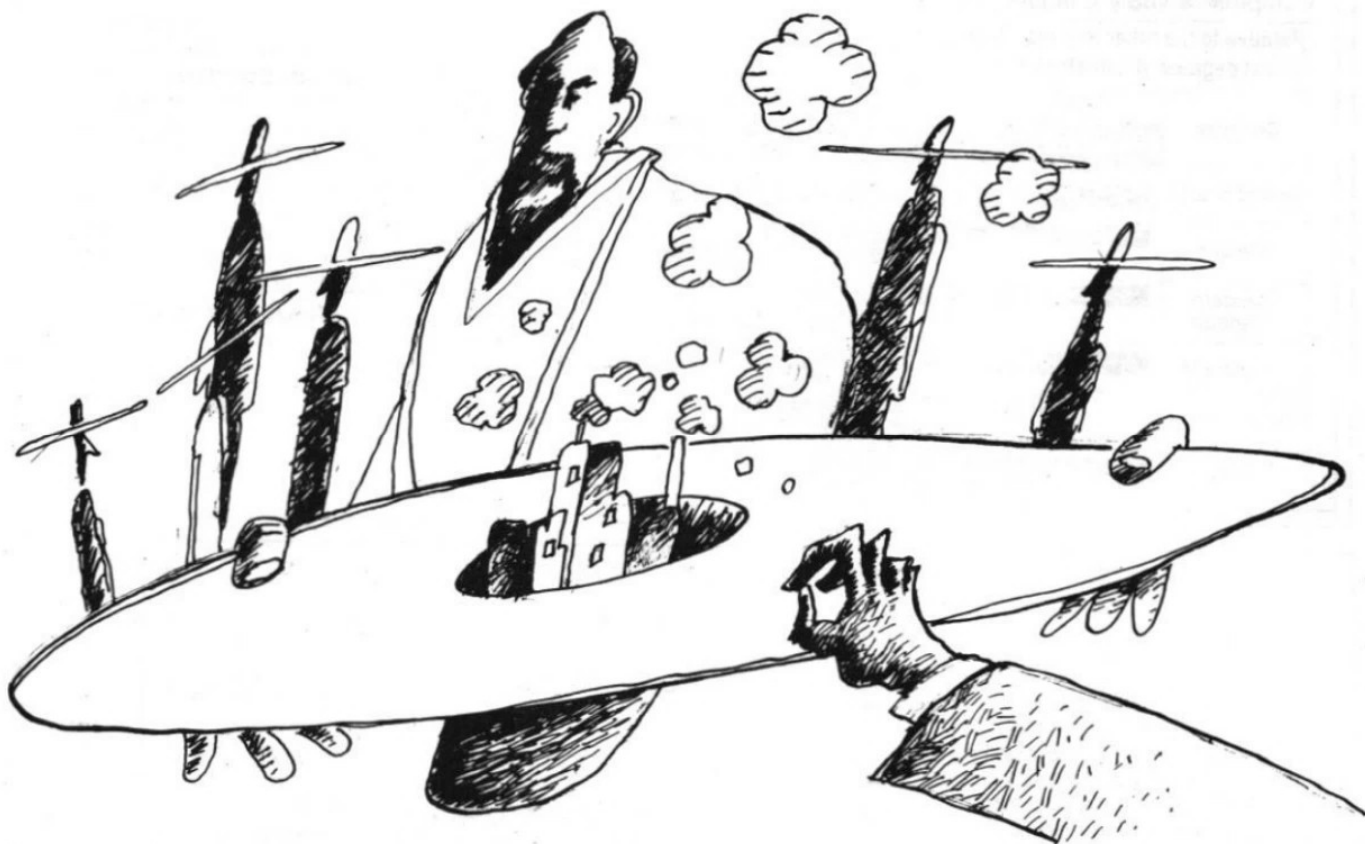
Implications

The competitiveness of the global market and the necessity of the Brazilian resin producers to participate in this environment will require

- Function as an integrated product chain (Feedstocks and Polymers)
- Export sales organization
- Preferred off-shore customer relationships
- TS&D focus
- Reduction and reallocation of indirect costs
- Refocused organization and integration of work processes/information

A necessidade que as empresas de 2ª geração terão em participar do mercado mundial, altamente competitivo, vai requerer: atuação como uma cadeia integrada de produção, desde as matérias-primas (nafta e gás natural) até os produtos finais (plásticos, borrachas, etc)

Ficam então algumas perguntas para serem respondidas pelos condutores do Programa Nacional de Desestatização. Por que retirar do Estado a participação em um setor reconhecidamente estratégico para o desenvolvimento de um País, que é a indústria petroquímica, setor que mais se inter-relaciona com os outros setores industriais? Afinal, por que o Brasil será o único grande exemplo de retirada total de atuação de uma grande empresa de petróleo do setor petroquímico? Não será uma estratégia para o enfraquecimento da PETROBRÁS?



O México e a desestatização: a verdade precisa ser dita

A privatização mexicana

Até dezembro de 1982 o Governo Mexicano tinha constituído 1155 empresas estatais, espalhadas em 45 áreas da atividade econômica.

Com o processo de privatização em andamento, em maio de 1990, das 871 empresas incluídas no programa, 688 já tinham saído da tutela do estado, através de diferentes mecanismos, como liquidação, venda, encerramento de atividades, fusão, transferência e extinção por lei federal.

Permaneceram ainda estatais empresas, órgãos e entidades criadas especialmente para atender às necessidades constitucionais da nação mexicana, entre elas, a PEMEX- Petróleos Mexicanos.

O monopólio do estado mexicano em petróleo e petroquímica

Até 1989, a PEMEX, além de explorar as reservas naturais especificadas no artigo 28 da Constituição Mexicana- que confere à nação o direito exclusivo e o controle da indústria do petróleo - detinha o controle sobre a produção e importação dos produtos petroquímicos básicos protegidos pelo artigo 27 da Constituição.

A legislação mexicana classifica os produtos petroquímicos em básicos, secundários e não secundários.

Em maio de 1989, alterações na legislação sobre a participação do capital estrangeiro na indústria permitiram que este detivesse até 100% do capital de empresas produtoras de petroquímicos secundários.

Em agosto de 1989, a Semip- Secretaria de Energia, Minas y Paraestatales- anunciou a reclassificação de produtos petroquímicos, reduzindo de 34 para 20 o número de produtos básicos- cuja produção é reservada ao monopólio da PEMEX- anunciando, também, reclassificação na lista dos produtos secundários, reduzindo-os de 605 para apenas 66.

Mais recentemente, o MTBE, até então classificado como básico, foi reclassificado como secundário.

De acordo com os dados mais recentes, hoje a PEMEX produz com exclusividade 19 produtos:

Amônia, Benzeno, Butadieno, Dodecilbenzeno, Etano, Eteno, Heptano, Hexano, Metanol, Metil-tercio-amileter, Negro de fumo, n-Parafinas, Ortóxileno, Paraxileno, Pentano, Propeno, Tetrâmero de propeno, Tolueno e Xilenos.

Além destes petroquímicos básicos, a PEMEX continua produzindo uma série de produtos secundários, conforme indicado na lista do SRI (Stanford Research Institute) International World Petrochemicals.

Como pode se depreender destas importantes informações, o exemplo de privatização mexicana, muito mencionado como um bem sucedido caso de privatização, continua mantendo o monopólio estatal do petróleo e avança muito mais na petroquímica, que no Brasil é essencialmente privada. Das 36 empresas do Sistema Petroquisa, 32 são empresas privadas. O México entende que a indústria petroquímica

é estratégica e deve ter a participação do Estado.

Isto apesar do Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México, que abre as fronteiras comerciais entre estes países.

Documentos consultados:

-SRI International World Petrochemicals - Country Discussion- April 1991

-Jacques Rogozinski S. "Privatization of State-owned enterprises in México- Anais do Congresso Internacional da Privatização- Canadá- maio de 1990

-Química e Derivados-outubro de 1989
-Chemical Engineering News- september 9, 1991

A privatização mexicana e a concentração de renda

Reportagem publicada no Jornal do Brasil de 5/1/92, que reproduzimos, demonstra que a privatização aumentou a tendência para a concentração de renda. Leia o que o JB diz no encarte.

A Petroquímica mexicana é estratégica

Conforme mostrado em O GLOBO de 9/2/92 a indústria petroquímica mexicana é considerada estratégica e, desta forma, deve ter a participação forte do Estado. Esta reportagem mostra também que as condições de vida do povo mexicano não melhoraram com o programa de privatização. Leia o que o GLOBO diz no encarte.